

- b) Formação, consultoria, divulgação e execução no domínio das artes e ofícios tradicionais;
- c) Conservação, reabilitação, recuperação e valorização na intervenção patrimonial, monumentos e sítios;
- d) Participação em acções de parceria e recurso a esquemas de apoio financeiro participado, fundos estruturais e outros;
- e) Filiação e estabelecimento de protocolos com instituições nacionais, internacionais e outras afins;
- f) Promoção do intercâmbio de conhecimentos e apoio à gestão do património da humanidade;

- g) Acções de cooperação, investigação, conservação, reabilitação e restauro da herança e da vivência lusófona no mundo;
- h) Criação, ampliação e desenvolvimento das actividades e correspondente espaço físico.

Está conforme o original na parte transcrita.

6 de Setembro de 2007. — O Notário, *Rodrigo Prieto da Rocha Peixoto*.

2611048807



PARTE L

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Aviso n.º 18 283/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por despacho da secretária-geral do Ministério da Justiça de 28 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços de Organização e Recursos Tecnológicos, unidade orgânica nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ).

2 — Área de actuação — a prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura orgânica nuclear da SGMJ, cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes dos artigos 11.º e 12.º e do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com as disposições da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro.

4 — Perfil pretendido:

- a) Licenciatura nas áreas de Informática/Tecnologias da Informação e Comunicação ou Gestão;
- b) Experiência profissional relevante nas áreas de tecnologias da informação e da comunicação e organização;
- c) Experiência profissional no exercício de funções de direcção na Administração Pública, preferencialmente no âmbito do Ministério da Justiça.

5 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, remetido pelo correio, com aviso de recepção, e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de funcionamento, em envelope fechado, com referência expressa «Procedimento concursal para provimento do cargo de director de serviços de Organização e Recursos Tecnológicos». O requerimento deve indicar todos os elementos necessários a uma correcta apreciação da candidatura, sendo acompanhado de *curriculum vitae*

do candidato, actualizado, detalhado, datado e assinado, de declaração emitida pelo serviço de origem referindo a natureza do vínculo à Administração Pública e a antiguidade na carreira e na categoria, bem como de fotocópia do bilhete de identidade.

7 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Helena Maria José Alves Borges, secretária-geral-adjunta.

Vogais:

Licenciado Mário Francisco Baltazar Valente, designado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresarias da Universidade Católica Portuguesa.

Licenciada Maria Manuela Paulo dos Santos Veríssimo Rodrigues Mendes, directora de departamento do Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça.

8 — Publicitação — conforme o disposto no artigo 21.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o aviso de procedimento concursal será publicitado na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional.

14 de Setembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Aviso n.º 18 284/2007

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por meu despacho de 11 de Maio de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau relativo à Divisão de Inovação e Comunicação da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nos termos e condições publicitadas na bolsa de emprego público a partir do 2.º dia útil posterior ao da presente publicação.

24 de Setembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750